



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE

Concurso Público

Arrendamento do Estabelecimento Comercial

“Quiosque” sito na Praça Adriano Correia de
Oliveira, em Castro Verde

CADERNO DE ENCARGOS

Castro Verde, 22 de Junho de 2016



CADERNO DE ENCARGOS

Epígrafe de Artigos

1. Objeto do Arrendamento
2. Duração do Arrendamento, Denúncia ou Oposição à Renovação
3. Uso efetivo do locado
4. Pequenas Reparações
5. Transmissão da Posição do arrendatário
6. Obrigações do arrendatário
7. Obrigações da Câmara Municipal
8. Funcionamento
9. Local de Pagamento da Renda
10. Mora do arrendatário
11. Indemnização pelo atraso na restituição do imóvel
12. Resgate do Arrendamento
13. Resolução do Arrendamento
14. Casos de caducidade
15. Depósito de Garantia
16. Efeitos da extinção do contrato no termo previsto
17. Encargos e Despesas
18. Inspeção do Estabelecimento
19. Encargos do contrato
20. Interpretação das cláusulas do caderno de encargos e casos omissos
21. Litígios da execução do contrato



ARTIGO 1.º

Objeto do Arrendamento

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do concurso público para arrendamento do Estabelecimento Comercial "Quiosque" sito na Praça Adriano Correia de Oliveira", em Castro Verde.

ARTIGO 2.º

Duração do Arrendamento, Denúncia ou Oposição à Renovação

1. O prazo pelo qual é feito o arrendamento é de um ano, a contar da data da celebração do respetivo contrato.
2. O contrato pode renovar-se por períodos sucessivos de um ano se nenhuma das partes se tiver oposto à renovação do mesmo, que deve ser comunicada com a antecedência mínima de 60 dias ao arrendatário.
3. O arrendatário poderá denunciar o contrato com trinta 30 dias de antecedência.

ARTIGO 3.º

Uso Efetivo do Locado

1. O arrendatário deve usar efetivamente a coisa para o fim contratado, ou seja, estabelecimento comercial de bebidas, podendo, cumulativamente com a anterior, ainda desenvolver a atividade de comércio a retalho de jornais e revistas.
2. Mediante autorização da Câmara Municipal, o arrendatário pode exercer atividades não previstas no contrato desde que complementares ou acessórias das que constituem o objeto principal do mesmo.

ARTIGO 4.º

Pequenas Reparações

É lícito ao arrendatário realizar pequenas reparações no imóvel quando elas se tornem necessárias para assegurar o seu conforto ou comodidade.

ARTIGO 5.º

Transmissão da Posição do Arrendatário

1. É permitida a transmissão por ato entre vivos da posição do arrendatário nos seguintes casos:



- a) Transformação do titular em sociedade unipessoal por quotas, da qual o titular seja o sócio.
 - b) Criação de uma sociedade por quotas desde que o arrendatário seja o sócio maioritário;
2. A transmissão deve ser celebrada por escrito e comunicada à Câmara Municipal.

ARTIGO 6.º

Obrigações do Arrendatário

1. São obrigações do arrendatário:
- a) Pagar a renda;
 - b) Facultar à Câmara Municipal a inspeção do imóvel;
 - c) Não aplicar o imóvel a fim diverso daquele a que se destina;
 - d) Não fazer dele uma utilização imprudente;
 - e) Informar a Câmara Municipal de qualquer circunstância que possa condicionar o normal desenvolvimento da atividade;
 - f) Não se opor às reparações urgentes, bem como quaisquer obras ordenadas pela Câmara Municipal;
 - g) Não proporcionar a outrem o gozo total ou parcial do imóvel por meio de arrendamento oneroso ou gratuito da sua posição jurídica, subarrendamento ou comodato;
 - h) Manter em perfeito estado de asseio e funcionamento todo o espaço e equipamento da Cafeteria e instalações envolventes.
 - i) Obter todas as licenças, certificações, credenciações e autorizações necessárias ao exercício da atividade integrada ou de algum modo relacionada com o objeto do contrato, salvo estipulação contratual em contrário;
 - j) Restituir o imóvel findo o contrato.

ARTIGO 7.º

Obrigações da Câmara Municipal

Compete à Câmara Municipal de Castro Verde a manutenção exterior do edifício bem como das instalações fixas de água, esgotos e eletricidade.



ARTIGO 8.º

Funcionamento

O funcionamento do Café obedecerá ao que determina o Regulamento Municipal dos Períodos de Abertura e Encerramento dos Estabelecimentos Comerciais.

ARTIGO 9.º

Local de Pagamento da Renda

1. A renda corresponde a uma prestação pecuniária e periódica.
2. A primeira renda vencer-se-á no momento da celebração do contrato e cada uma das restantes no 1.º dia útil do mês imediatamente anterior àquela que diga respeito.
3. A renda será paga:
 - i. Na Tesouraria da Municipal, sita na Praça do Município, dentro do horário normal de atendimento ao público, das 9:00 h às 12:30 h e das 14:00 h às 16:00 h;
 - ii. Ou por transferência bancária.
4. A renda será atualizada anualmente, de acordo com os coeficientes de atualização vigentes, publicados anualmente em Portaria publicada em Diário da República;
5. A primeira atualização pode ser exigida um ano após o início da vigência do contrato e as seguintes, sucessivamente, um ano após a atualização anterior, mediante comunicação do Município, por escrito e com a antecedência mínima de 30 dias.

ARTIGO 10.º

Mora do Arrendatário

1. No caso de se verificar mora no pagamento, o arrendatário fica obrigado, para além do valor da renda em dívida, ao pagamento de uma indemnização igual a 50% daquele que for devido.
2. Cessa o direito à indemnização se o arrendatário fizer cessar a mora no prazo de 8 dias a contar do seu começo.



ARTIGO 11.º

Indemnização pelo atraso na restituição do Imóvel

Se o imóvel não for restituído, por qualquer causa, logo que finde o contrato, o arrendatário é obrigado, a título de indemnização, a pagar até ao momento da restituição, o valor de 20,00 € por cada dia de atraso.

ARTIGO 12.º

Resgate do arrendamento

1. O arrendamento poderá ser resgatado pela Câmara Municipal, por razões de interesse público, após o decurso do prazo fixado no contrato ou, na sua falta, decorrido um terço do prazo de vigência do contrato;
2. Em caso de resgate, o arrendatário tem direito a uma indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, deduzir-se o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos;
3. O resgate determina a reversão dos bens do locador afetos ao arrendamento.

ARTIGO 13.º

Resolução do Arrendamento

1. A Câmara Municipal poderá dar por terminado o arrendamento se o arrendatário não cumprir as regras estabelecidas neste Caderno de Encargos, bem como as descritas no contrato de arrendamento a celebrar, e ainda se:
 - a) Forem alteradas as condições iniciais do contrato de arrendamento, designadamente por incumprimento do pagamento mensal da retribuição fixada, desvio do objeto do arrendamento e quando se verificarem perturbações ou deficiências graves na organização e regular desenvolvimento da atividade ou no estado geral das instalações e equipamentos que comprometam a continuidade ou a regularidade daquela atividade ou a integridade e segurança de pessoas e bens.
 - b) Após julgamento, o arrendatário for condenado por infrações graves, relacionadas com a atividade comercial que exerce.
 - c) Cessação ou suspensão, total ou parcial, pelo arrendatário da execução ou exploração do estabelecimento comercial.
2. A resolução do arrendamento será sempre precedida de instauração do competente processo, no qual o arrendatário será ouvido.



3. A resolução do arrendamento não dará lugar ao pagamento de quaisquer indemnizações.

ARTIGO 14.º

Casos de caducidade

O Contrato de arrendamento caduca:

- a) Findo o prazo estipulado;
- b) Por morte do arrendatário, ou tratando-se de pessoa singular ou coletiva, pela cessão ou extinção da atividade.
- c) Pela perda da coisa locada;

ARTIGO 15.º

Depósito de Garantia

- 1. O arrendatário garantirá, por depósito, o exato e pontual cumprimento das obrigações que assume com a celebração do contrato, através do pagamento de um valor correspondente ao valor da renda mensal.
- 2. Este valor será libertado no final do arrendamento, salvo se, por incumprimento por parte do arrendatário, a Câmara Municipal tiver que recorrer à caução para se ressarcir de prejuízos sofridos.

ARTIGO 16.º

Efeitos da Extinção do Contrato no termo previsto

No termo do contrato, não são oponíveis, à Câmara Municipal, os contratos eventualmente celebrados pelo arrendatário com terceiros, para efeitos do desenvolvimento da atividade.

ARTIGO 17.º

Encargos e Despesas

- 1. Os encargos e despesas correntes respeitantes ao fornecimento de bens ou serviços relativos ao local do arrendamento do estabelecimento comercial são por conta do arrendatário.
- 2. Os encargos das despesas com a eletricidade e água devem ser contratados em nome do arrendatário.



ARTIGO 18.º

Inspeção do Estabelecimento

1. O Município de Castro Verde reserva-se o direito de efetuar inspeções à exploração e ao estado de conservação de estruturas e equipamentos afetos às instalações do estabelecimento comercial.
2. A fiscalização dará conhecimento escrito ao arrendatário das deficiências verificadas, devendo aquele promover à sua imediata correção.
3. É da responsabilidade do arrendatário cumprir todos os requisitos e normas de funcionamento, exigidos pela ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica), para a instalação e o funcionamento dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas, sendo esta o principal órgão fiscalizador do cumprimento das obrigações previstas nas normas.

ARTIGO 19.º

Encargos do Contrato

1. São da inteira responsabilidade do arrendatário as despesas resultantes da celebração do presente contrato.
2. Para efeitos de celebração do contrato escrito, serão exigidos a apresentação da Declaração de início de atividade, declaração de situação contributiva regularizada à Segurança Social e declaração de não dívida às finanças.

ARTIGO 20.º

Interpretação das cláusulas do caderno de encargos e casos omissos

Qualquer dúvida que seja suscitada na interpretação de algumas cláusulas deste caderno de encargos, ou verificando-se existirem casos omissos, será a mesma esclarecida, ou suprida a omissão, por despacho do Presidente da Câmara.

ARTIGO 21.º

Litígios da Execução do contrato

Os litígios emergentes da execução do contrato de arrendamento serão regulados pela legislação portuguesa em vigor, em particular a Lei n.º 6/2006 de 27 de fevereiro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2012 de 14 de agosto e submetidos ao foro do Tribunal Judicial da comarca de Ourique, com renúncia a qualquer outro.